

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO SERTÃO PERNAMBUCANO DURANTE O REGIME MILITAR - UM ESTUDO DE CASO: O PROGRAMA POLONORDESTE.

Alexandre Black de Albuquerque - UFPE

Resumo

A mesorregião do Sertão de Pernambuco, pouco desenvolvida e sofrendo periodicamente os efeitos da estiagem, tornou-se um dos alvos principais dos programas de desenvolvimento rural do governo militar que se instalou no país com o golpe de estado de 1964. A política de desenvolvimento dos militares se tornou paradigma da chamada “modernização conservadora”, que consistia, basicamente, em modernizar o processo produtivo sem contestar o *status quo*. Dentre as ações empreendidas, no período, destaca-se o Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil – Polonordeste, que se tornou um dos mais importantes programas de modernização da agricultura sertaneja, logo, seu estudo nos permite produzir um painel do “modelo” militar e suas consequências na sociedade e economia local.

Abstract

The far West region of Pernambuco, not developed enough and periodically suffering the effects of drought, has become one of the main targets of the rural development programs of the military government that settled in the country with the coup d'état of 1964. The development policy of the military became the paradigm called "conservative modernization", which was basically to modernize the production process without challenging the status quo. Among actions taken during the period, we can face the Integrated Development Program of Northeast Brazil – Polonordeste (in Portuguese), which became one of the most important programs of Western agriculture modernization then its study allows us to produce a panel of military "model" and its consequences on society and the local economy.

Introdução

Este artigo parte do interesse de se lançar um olhar sobre o processo de desenvolvimento regional durante o governo militar, paradigma da chamada “modernização conservadora”, característica que permeia toda a história nacional, antes e depois do processo ditatorial iniciado em 1964 e finalizado em 1985. O autoritarismo - que enxerga o Estado como uma máquina capaz de se sobrepor aos interesses da sociedade e a ser quase infalível, prescindindo das experiências locais e atuando, supostamente, em nome do bem comum -, já era fato antes do golpe militar de 1964 e, de forma atenuada, existe até os dias de hoje.

A escolha do semiárido pernambucano como referência para o estudo ocorreu por dois motivos. Em primeiro lugar, por ter sido esse estado um dos maiores beneficiados pelos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e pelos programas de desenvolvimento postos em prática pelo Governo Federal, como é o caso do Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil - Polonordeste, objeto de nosso estudo, entre 1964 e 1985, período de interesse do presente trabalho; em segundo lugar por reproduzir os períodos de seca tão característicos do semiárido. O Sertão não é uma região homogênea, há particularidades na estrutura agrária e produtiva dos diversos estados que o compõe, que foram responsáveis por peculiaridades na implementação dos programas “modernizantes”. As diferenças, no entanto, não foram suficientemente pronunciadas a ponto de impedir o entendimento global da questão a partir da análise de ações desenvolvidas na Mesoregião do Sertão Pernambuco¹. O estudo dos programas, de seus objetivos e consequências permite compreender como Governo, Estado e a Sociedade Civil se interpenetraram, na sociedade Nordestina, de modo a atender os que detêm o poder econômico e político na região.

Não foi diferente com o Polonordeste, que objetivava melhorar o nível de renda dos pequenos e médios proprietários e integrá-los à economia de mercado; no entanto, não foi bem isso que ocorreu, sequestrado pelos interesses das elites locais, o programa terminou por beneficiar, fundamentalmente, a grande propriedade e a indústria, tanto a produtora de insumos agrícolas como a consumidora de bens agrícolas.

Breve Relato da Política Agrícola dos Governos Militares

O golpe militar de 1964, apesar de se pretender redentor do Brasil, não contribuiu

1 O Estado de Pernambuco está dividido em 5 Mesoregiões: Metropolitana do Recife, Mata Pernambucana, Agreste, Sertão e São Francisco.

significativamente para modificar a realidade do semiárido, no entanto, é verdade que, através do que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, conseguiu criar algumas ilhas de prosperidade em meio à miséria, como por exemplo, o polo de fruticultura para exportação de Petrolina.

Tão logo o golpe de 1964 tornou-se vitorioso, a reforma agrária, como política de desenvolvimento do campo, seria abortada, o governo militar expressaria um novo momento da discussão nacional sobre distribuição das terras. Inicialmente, encampariam o discurso da reforma agrária mas, ao mesmo tempo, apaziguariam os ânimos dos latifundiários, ao torná-la de difícil execução. O Estatuto da Terra, implantado pelo novo governo, **relativizava** de tal forma as possibilidades de uma propriedade ser desapropriada que, na prática, isso se tornava praticamente impossível. Entrincheirados no governo, os grandes proprietários conseguiriam fazer com que o Estado continuasse a favorecer seus interesses de classe:

Em termos efetivos, as políticas governamentais se orientaram para a capitalização do setor agropecuário e para a sua modernização. As oligarquias que controlavam tradicionalmente a ação dos organismos governamentais voltados para as atividades rurais, como o Ministério da Agricultura, o IAA ou o IBC, também se apossaram do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Deixando de lado quaisquer providências mais diretas e efetivas para uma melhor redistribuição da propriedade da terra, as ações daquele órgão ficaram restritas ao zoneamento, cadastramento e tributação dos imóveis rurais. (CARVALHO, 1987: 121).

Vale salientar que a intensa pressão das elites rurais contra qualquer processo que visasse uma melhor distribuição de terras ocorreu em todo o território nacional, e não só no “Nordeste oligárquico e atrasado”. Contendo em seu texto diferenciações entre as regiões, o Estatuto da Terra parecia confirmar que o problema agrário se concentrava na região menos desenvolvida, quando de fato a luta pela terra se desenrolava de norte a sul do país. No período militar, o arrefecimento da pressão pela reforma agrária ocorreu por conta da repressão política que se instaurou no país, limitando profundamente os canais de expressão de descontentamento da população.

Desde o primeiro momento, o governo militar deixou claro que a reforma agrária não envolveria desapropriações, apenas a colonização de novas fronteiras agrícolas. O novo governo não considerava necessárias mudanças estruturais para dinamizar o setor agropecuário nacional - crédito e assistência técnica seriam suficientes.

A escolha de um novo paradigma no tratamento dos problemas do campo seria comemorada

por certos setores da sociedade², por ser considerada mais eficiente e tecnologicamente mais avançada.

Dessa forma, o crescente avanço da industrialização e da urbanização no Brasil tornava urgente a modernização do arcaico setor agrário, entrave ao desenvolvimento econômico. O argumento central residia no crescimento insatisfatório da agricultura, incapaz de fornecer alimentos e matérias primas em quantidade suficiente para suprir à demanda urbana industrial. Acrescentava-se o excessivo e constante aumento dos preços dos produtos agrícolas. Além disso, era preciso produzir alimentos e produtos para exportação com o objetivo de equilibrar a balança comercial do país.

A Agricultura do Sertão

Dominada pelo binômio latifúndio/minifúndio e pelo sistema gado/algodão³, a agricultura sertaneja operava com baixa produtividade, sendo incapaz de produzir excedentes em quantidade suficiente para alimentar a população e fornecer divisas para financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais. A modernização do setor agrícola se fazia necessária, segundo seus defensores, por ser conveniente à redução dos preços dos alimentos, como medida para aumentar o poder de consumo das massas. O assalariamento do meio rural faria crescer o mercado de bens industriais e a demanda por insumos por parte de uma agricultura modernizada, favoreceria a expansão da indústria. Logo, as expectativas que recaíam sobre a modernização do campo eram imensas. Para os arautos da modernização o mais importante à transformação da agricultura, em um grande sistema empresarial, seria a formação de uma nova mentalidade “capitalista” na população

2 Segundo o Jornal do Comércio (7/2/1969): “O que o atual governo vem fazendo, no campo da renovação e modificação de nossa estrutura agrária, vale como demonstração eloquente do que é a ação demagógica, valendo-se de *slogans* que tocam a sensibilidade popular e fazem as massas reagirem emocionalmente, mas sem que nada de efetivo seja realizado e a ação político-administrativa, compenetrada e séria, consciente e lúcida, preocupada, não em promover pessoas ou grupos e cobrir a ineficiência oficial.” (p. 4).

3 No sistema gado/algodão o algodão ocupava as áreas mais úmidas da propriedade, deixando para a pecuária extensiva à zona mais seca. Em geral, após a colheita os resíduos eram transformados em pasto, para os animais. As relações de trabalho eram diversificadas. Havia a relação de sujeição, em que o trabalhador morava na terra e dispunha de uma pequena área para plantar e pagava por esse “arrendamento” com parte dos bens produzidos e com trabalho para o latifundiário. Na parceria, o aluguel da terra era pago com apenas um produto: o algodão, ficando vetadas outras culturas por serem menos rentáveis e, em geral, não servirem como pasto para o gado do dono da propriedade. No arrendamento propriamente dito, o pagamento era em dinheiro, mas, só na aparência, o rendeiro tinha mais liberdade, uma vez que não podia plantar o que quisesse e sua renda monetária era tão escassa que apenas pagava o arrendamento e, em geral, terminava por ter que trabalhar para o proprietário alguns dias por semana, em troca de um pequeno salário ou comida. Por fim, havia o trabalho assalariado, forma de relação de trabalho que, desde a década de 1950, crescia a cada ano, em detrimento dos tipos anteriormente citados.

do campo, como supostamente estava ocorrendo nas áreas urbanas mais desenvolvidas do país. A emergência desse “novo homem” seria capaz de dinamizar a economia, pois, com sua “racionalidade”, tomaria decisões que, em última instância, privilegiaria a acumulação e a geração de emprego e renda. Em outras palavras, a modernização significaria a ampliação do modo capitalista intensivo de produção e de distribuição nas atividades agrícolas. Esse processo ganharia força durante o regime militar, ficando conhecido como “modernização conservadora”. Martins (2008: 49) define bem o fenômeno,

Modernização conservadora tem sido a expressão corrente utilizada para qualificar a intervenção da ditadura no campo. Popularizou-se na imprensa, em rodas parlamentares, nos meios de técnicos e acadêmicos. Conforme esclarecem estudiosos, se convencionou conceituar assim um padrão capitalista de agricultura que modificou as relações de produção, sem alterar o regime fundiário.

Como se constata do exposto, a modernização da agricultura não transformou a estrutura agrária do Sertão. Baseada no uso mais intenso de tecnologia e insumos industriais, o desenvolvimento no setor agrícola se apresentou:

Altamente assimétrico e ‘concentrador’ nos seus efeitos sobre os diversos grupos. Em outros termos, a mudança tecnológica não é neutra para os grandes proprietários rurais e camponeses, e tendeu a acrescentar a disparidade entre estes dois grupos, dos quais somente os primeiros estão em condições de absorver inovações complexas, fruto do grau de desenvolvimento capitalista” (ALVES; FIORENTINO, 1980: 2).

Essa assimetria entre o grande e o pequeno proprietário, não foi, todavia, fruto, apenas, da disparidade de renda, o fato do Estado ter sido capturado pelas oligarquias, que, aliás, sempre ocuparam uma posição central na estrutura do poder, aumentou essa disparidade, ao concentrar os investimentos na grande propriedade. A forma da relação do Estado com os diversos agentes sociais e a estrutura agrária, então existentes, parece ter sido elemento decisivo para que a tecnologia fosse relativamente neutra na questão da concentração de renda ou até na amplificação desse processo. O ineficiente acesso a bens imateriais como educação também reforçou a concentração, sobretudo num ambiente de maior intensidade tecnológica.

De qualquer modo o movimento de modernização se, por um lado, não transformou a estrutura agrária do sertão, por outro lado, não a manteve completamente intocada. Durante a década de 1970 há uma queda no volume de parceiros e arrendatários e a diminuição de trabalhadores permanentes e temporários “revelando muito provavelmente mudança tecnológica substitutiva de mão de obra” (*Ibid.*: 15). A expansão da pecuária nos anos de **1970** contribuiu para essa queda de empregados ao diminuir a área de lavoura. A pecuarização foi fortemente incentivada

pelos diversos programas governamentais, sobretudo pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, não foi apenas um reflexo da “vocação pastoril” da região, advogado por tantos até hoje, tanto que, segundo a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco - CEPA-PE (1973), entre os anos de 1956 e 1966, antes, portanto, das múltiplas intervenções do governo militar no setor agropecuário, a agricultura aumentou sua participação no PIB agropecuário de Pernambuco, de 80,7% para 85%.

O problema, provavelmente, dizia respeito a política do Estado voltada para atender o latifúndio, sobretudo o exportador e, não   à toa que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA investisse pesadamente na melhoria da soja, cana-de-açúcar e do café, pouco sobrando para o feijão e arroz, produtos t picos da pequena lavoura, como ainda acontece. Essa situação se repetiu com intensidade no Sertão Pernambucano, com consequências variadas sobre a população e a ecologia regional, enquanto soluções simples foram descartadas como sendo “conservadoras”, por fazer pouco ou nenhum uso de insumos industriais ou por prever reestruturação agrária.

As mudanç as ocorridas nas últimas décadas do século XX, no entanto, demonstram que o Sertão não   constituído por um sistema imutável incapaz de ser influenciado por fatores tanto internos quanto externos. O sistema de parceria, que viabilizou o aumento da produção de algodão, “[...] foi definindo-se somente no final do século passado (XIX),   proporção que o algodão adquiria maior peso comercial.” (BARREIRA, 1992: 21), consolidando-se ainda nas primeiras duas décadas do século XX. A demanda mundial por esse produto, principalmente após a Guerra Civil norte-americana, impulsionou a produção do algodão no semiárido, no entanto, sua decadência ao final do século XX levou a uma progressiva eliminação do sistema de parceria, cujo golpe final seria dado pelas lutas camponesas. A expansão da pecuária, principalmente a partir dos anos de 1960, significou a expulsão de milhares de moradores parceiros das grandes propriedades, provocando inúmeros conflitos no Sertão que estava tendo sua dinâmica econômica submetida ao capitalismo nacional. O grau de consciência dos camponeses em relação aos seus direitos crescia dia a dia, com apoio da Igreja, dos sindicatos e da população urbana. Com o advento do Estatuto da Terra, as lutas camponesas ganharam relevo nos tribunais, sobretudo a partir da década de 1970, tornando menos “pessoal” e mais formal as reivindicações por melhores condições de vida.

A institucionalização do conflito, nesse sentido, representa não são a oficialização de uma área de tensão social, como, também, um avanço da política estadual. Para o Estado implica uma situação que requer uma solução institucional. A propriedade, no caso, passa a ser enquadrada dentro de todos os procedimentos legais e burocráticos, sendo o conflito “gerenciado” dentro da ordem institucional com as partes conflitantes mediadas pelo Estado. (*Ibid.*, 1992: 132).

Essa institucionalização do conflito não interessava ao grande proprietário na medida em que seu poder origina-se do monopólio das estruturas locais, estatais ou paraestatais. Esse “novo Estado” representado agora pela justiça e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e não mais pela polícia do município, era menos vulnerável aos “coronéis”. Não significa, de forma alguma, que a velha oligarquia rural tenha perdido todo seu poder, ou mesmo que já não tivesse influência nas decisões das instâncias governamentais, mas, sem dúvida, estava mais sujeita a eventuais derrotas nas questões que envolviam “parceiros” e empregados.

Por que o governo central decidiu, nos anos 1970, tentar uma intervenção política e burocrática no semiárido? Em parte, pela natureza do próprio regime que comandava o país: o governo militar acreditava que a centralização política era vital para o desenvolvimento nacional. O “Brasil Grande” não podia mais admitir que grandes áreas do território nacional estivessem fora do controle direto do Governo Federal. Por outro lado, o golpe de 1964 e a repressão posterior, não foram capazes de destruir os movimentos sociais existentes no Sertão. Diante desse quadro o Governo Federal, não se permitindo ficar a margem dos conflitos e temeroso de maiores fissuras na sociedade local, optou pela legalização das reivindicações. No entanto, o acesso da massa aos direitos constitucionais, contraditoriamente, objetivava manter o *status quo* local.

A Mesorregião do Sertão Pernambucano

Na Mesorregião do Sertão de Pernambuco o sistema gado/algodão parece, a primeira vista, fazer menos sentido. De fato, em Pernambuco a maior parte da área ocupada pelo sistema estava inserida num subsistema gado/policultura alimentar tradicional. O algodão no estado era descontínuo e ocupava uma área relativamente exígua. As semelhanças ecológicas, geológicas e produtivas, no entanto, fizeram com que Melo (1978) colocasse a Mesorregião do Sertão Pernambucano dentro dos limites desse sistema. No município de Triunfo, por exemplo, a cultura da cana-de-açúcar era dominante, em parte, pela altitude, que supera os 1000 metros, com índices pluviométricos bem superiores à média do Sertão e, em parte, pelos solos de qualidade, pouco usual na região.

A interação gado/algodão, a partir do século XIX, proporcionou estímulo para a expansão da economia da Mesorregião do Sertão Pernambucano e mudanças na estrutura demográfica, na medida em que a cultura do algodão necessitava de muitos mais braços que a pecuária. A estrutura agrária da região, no entanto, manteve-se inalterada: grandes latifúndios entrecortados por pequenas propriedades rurais.

Heranças da colonização portuguesa, a estrutura agrária brasileira e, por conseguinte a do Sertão pernambucano, sempre foi extremamente concentrada. A ocupação da maioria das terras por imensas propriedades rurais, grande parte ociosa, impediu o crescimento do mercado interno, mesmo após a abolição da escravidão, promovendo, ainda, forte concentração de renda e criando poderosos grupos de poder que atuavam no sentido de perpetuar a estrutura política, [...] “sempre na dependência das estruturas econômico-sociais” (ANDRADE, 1984: 31).

A estrutura fundiária foi se constituindo, assim, num dos principais problemas do meio rural, na medida em que era responsável pela quantidade de pessoas que empregava, pelo valor dos salários pagos no campo e, em decorrência e, sobretudo, pelo nível de vida e bem estar dos trabalhadores rurais.

Nas pequenas propriedades do Sertão a principal forma de cultura agrícola era a de subsistência. Era, sobretudo, neste subsetor dedicado a produção de alimentos, que se encontrava o mais baixo nível de capitalização da agricultura, o que contribuía para perpetuar a baixa produtividade do trabalho e do solo, tornando inviável a produção de um excedente comercializável: “A posse concentrada da terra faz da propriedade fundiária o eixo da relação de distribuição do excedente gerado no campo, desestimulando, assim, a aplicação de capital e a elevação da base técnica da pequena produção, ou seja, a sua transformação em atividade capitalizada.” (*Ibid*: 175).

A situação era pior entre os pequenos agricultores que, sem acesso a bens imateriais, como educação, reproduziam em suas terras as técnicas dos latifúndios, extremamente prejudiciais ao solo, causando erosão e baixa produtividade. Uma dessas técnicas era a *broca*, que implica na derrubada da mata e na limpeza do terreno pela queimada.

Nos latifúndios o sistema gado/algodão (ver nota de rodapé 3, p. 4) dominava, sendo responsável pelo pequeno excedente da economia sertaneja.

O ponto comum a todos os tipos de relações econômicas entre pequenos e grandes era a baixa produtividade do trabalho e a insignificante utilização de meios monetários nas transações estabelecidas entre as partes. No processo, o latifundiário foi capaz de criar um mecanismo de transferência de renda, que se materializava no momento da comercialização da produção, cabendo aos parceiros e arrendatários apenas uma fração do valor do produto, notadamente do algodão.

Polonordeste: um Caso de Planejamento Estatal para a Modernização Agrícola do Nordeste Brasileiro

O Polonordeste, programa de desenvolvimento agrário criado através do decreto n. 74.794

de 30 de outubro de 1974, pelo Governo Federal objetivava aumentar o nível de renda dos pequenos e médios agricultores, proprietários e não proprietários. Considerando a diversidade da região, a divide em cinco áreas de atuação: vales úmidos (com altitude de 600 metros ou mais); serras úmidas; agricultura seca; tabuleiros costeiros e pré-amazônia. Suas diretrizes, elaboradas pelo Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento – GECA, pretendiam alcançar a modernização do setor agrário nordestino, de forma a integrá-lo à economia de mercado, inclusive à internacional. Foi, em parte, o reconhecimento, pelo Governo Federal, de que a SUDENE e os programas de desenvolvimento para a região, não tinham alcançado o objetivo de melhorar a qualidade de vida no campo nordestino. O Polonordeste estava subordinado diretamente ao Governo Federal, fora da estrutura da SUDENE, o que causou, de certa maneira, conflitos com essa autarquia que, em teoria, era autoridade máxima em política de desenvolvimento para o Nordeste. O objetivo dessa medida controversa era dotá-lo de um grau de agilidade não alcançado por outras intervenções governamentais. Para que o programa fosse posto em prática, foi criado o Grupo Regional de Coordenação e Acompanhamento – GRTN, que apesar de funcionar na SUDENE, jamais se vinculou fortemente a essa autarquia. Vale salientar que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Interior – MINTER eram bem mais preponderantes na aprovação das decisões propostas pelo grupo, que inclusive, precisavam passar pelo aval direto da Presidência da República.

Muitos aspectos, políticos e administrativos, estão presentes como explicação da institucionalização e tentativas de integração do GRTN, por parte do governo central, à SUDENE. Não se pretende aprofundar a análise, mas apenas situar melhor a falência da SUDENE em absorver o programa. Sabendo-se que, técnica e politicamente, o Polonordeste viria a se constituir em uma das intervenções do governo na região.” (SAMPAIO *et al*, 1987: 406).

Aparentemente, a vocação industrial da SUDENE impediu que seus dirigentes tivessem uma visão global do novo projeto. Além disso, a possibilidade de maior intervenção por parte do Governo Federal, dificultou as relações entre o GRTN e o órgão de desenvolvimento regional que, apesar de não ser tão antigo assim, já estava completamente institucionalizado e, portanto, relativamente fechado a novos horizontes, como ocorre de costume com a burocracia brasileira. Dessa forma, o GRTN teve pouco acesso aos especialistas da SUDENE, o que limitou sua capacidade de ação, ao mesmo tempo em que esse órgão diminuía as suas próprias possibilidades de ampliar sua capacidade de planejamento, visando o desenvolvimento regional, em outras palavras: todos saíram perdendo. Portanto, ao criar essa estrutura desvinculada da SUDENE, e com o GRTN administrativamente vinculado à autarquia, o programa viu sua eficácia ser diminuída. Originou-se, assim,

[...] um paradoxo administrativo [...] criando graves problemas no processo decisório em função de um lado, da retração da autoridade da SUDENE e de outro da falta de efetivo exercício de poder do Grupo Especial (GRTN), que não chegou a se corporificar como unidade de comando (MINTER, s/d).

Esses problemas não diminuíram as ambições do Polonordeste, que visava melhorar a infraestrutura econômica agrícola regional pela realização de obras físicas (estradas, silos de armazenamento, etc) e pela ampliação da concessão de crédito aos pequenos e médios produtores. O programa, no entanto, tinha vícios de origem, sua atuação teria que ocorrer com aprovação das oligarquias rurais, o que limitou bastante o alcance das medidas empreendidas, que não raro, chegaram a beneficiar a grande propriedade, em detrimento do pequeno agricultor, subvertendo desse modo o objetivo explícito do programa.

A falta de conhecimento dos técnicos em relação às regiões onde ocorreriam intervenções, através dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI's, que na prática implementava o Polonordeste, e o montante de recursos insuficientes, para o desenvolvimento dos diversos programas, também concorriam para a relativa inoperância do GRTN. Segundo Sampaio *et al* (*Ibid.*: 281) “no Polonordeste, ações antecederam diagnósticos ou, pelo menos, o conhecimento dos problemas diagnosticados” e mais os “Recursos financeiros foram destinados aos Estados antes da elaboração dos planos e análises das necessidades prioritárias das áreas.” Dessa forma, as verbas eram mal alocadas acarretando resultados pífios que não melhoraram, ou pouco beneficiaram, a vida das populações, que deveriam ser atendidas pelo programa.

Embora seja considerado o mais bem-sucedido dos Programas Especiais (o que diz muito mal dos outros), para começar, a sua abrangência foi bem reduzida, em termos espaciais, e, principalmente, sociais. Avaliações do Banco Mundial estimulam que os principais benefícios desse programa tenham atingido a apenas 100.000 famílias até 1980, apesar de o número de famílias pobres do meio rural nordestino chegar a três milhões. (CARVALHO *op. cit.*: 209).

O sistema de acompanhamento do programa, três anos após a sua criação, era falho, uma vez que o GRTN só tinha acesso aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrados - PDRI's - ficando fora da supervisão do GRTN, as demais intervenções desenvolvidas pelo Polonordeste - Projetos de Colonização, Irrigação, Apoio a Irrigação e Ação de Apoio às Áreas Integradas. Outro problema era o baixo comprometimento dos técnicos em relação ao correto preenchimento dos formulários elaborados para avaliação, o que dificultava a análise eficiente das ações empreendidas pelo Projeto, comprometendo seu desenvolvimento em longo prazo, pois as necessárias mudanças de orientação, ou não eram feitas, ou não eram realizadas da maneira correta. Outro problema diz

respeito à utilização das verbas liberadas para o programa. Vale salientar que, ao contrário do usual, o Polonordeste recebeu, em seus primeiros anos, quase toda a verba destinada no orçamento, demonstrando sua importância dentro do processo de “modernização conservadora”, o que não influenciou, para um planejamento e execução eficientes, até pelo menos 1978. A quase totalidade (80%) das verbas liberadas para os três primeiros anos (1975, 1976, 1977), foi usada somente no último ano, momento em que o programa alcançou o necessário nível de articulação. Ainda assim, **em geral**, a maioria dos subprojetos apresentou um desempenho relativamente satisfatório, exceção o setor de saneamento básico, que recebeu apenas 1% das verbas no PDRI Serra do Triunfo/Alto Pajeú (PE).

O Polonordeste estava estruturado em três níveis administrativos; o federal, comandado pelo GECA, o regional, comandado pelo GRTN, “vinculado” a SUDENE, e o estadual, representados pelas CEPA`s. **Esses** grupos se apresentavam subdivididos em: conselho diretor, unidades técnicas e órgãos executores, que até o fim do projeto, tiveram dificuldades para interagirem eficazmente. Esses órgãos, no entanto, não participaram dos primeiros esforços tendo em vista definir as prioridades do Polonordeste. Urgia, na visão do governo, que as propostas e objetivos fossem formulados de forma rápida, tendo em vista adiantar ao máximo o lançamento do programa. As CEPA`s, inclusive, foram incorporadas como forma de agilizar o processo, na verdade, os governos estaduais, em tese, os grandes beneficiados politicamente pelo Polonordeste, praticamente impuseram a participação dessas agências estaduais. Mesmo assim, muitos obstáculos tiveram que ser superados devido a problemas administrativos, sobretudo porque, a estrutura burocrática do projeto foi montada concomitante ao seu desenvolvimento, exacerbando ainda mais todas as deficiências que eram de se esperar a algo tão complexo e nunca antes desenvolvido em tal escala, ou qualquer outra escala. Para melhor atender as demandas, foi definido os Planos Operativos Anuais, responsáveis pelo planejamento **em** curto prazo. Logo, ficou evidente que a forte expansão do programa não comportaria planejamentos anuais, rapidamente, então, se criaram os Planos de Médio Prazo, que teriam uma visão supostamente mais abrangente das solicitações do programa. No entanto, os Planos Operativos se tornaram, verdadeiramente, a base para a implantação dos PDRI`s. A prevalência da visão de curto prazo, e a urgência da implantação do programa causaram prejuízos incalculáveis, como assinalou o MINTER,

De tal forma se caracterizou a urgência de se ativar as áreas previamente definidas, mais como imperativo político, que criaram situações díspares no processo de planejamento como: a) Implementação de Planos Operativos sem Projetos elaborados; b) Implementação de Planos Operativos com Projetos elaborados, porém sem análise; c) Planos Operativos baseados em Projetos carentes ou em processo de reformulação, com mudanças profundas do eixo de interesse inicial; d) Formulação

de Planos sem prévia sem prévia definição de disponibilidade financeira com conseqüente reformulações e contínuas reprogramações durante sua implementação.(MINTER, *op. cit.*: 31)

Esses problemas não atingiram, evidentemente, apenas o Polonordeste; muitos outros programas foram vítimas de interesses políticos imediatos, o que demonstra que a nova forma de atuação que se pretendia não era exatamente tão nova assim, algo fácil de antever, uma vez que, a estrutura socioeconômica regional e nacional continuava intocada, sobretudo na questão agrária, impossibilitando intervenções transformadoras ou, pelo menos, alguma modificação essencial capaz de dar um novo impulso à economia agrícola regional, sobretudo, no semiárido. Ressalte-se, no entanto, que o próprio GRTN, via inconsistências na política adotada, por não formular projetos ligados à realidade local, em função da falta de conhecimento dos problemas ou, simplesmente, porque os objetivos iniciais eram modificados em prol de outros interesses, desvirtuando a essência do Polonordeste, algo bem normal em todo seu período de atuação. Quando, no entanto, o governo assumia compromisso com alguma instituição, como aconteceu com o Banco Mundial, o sistema funcionava de maneira mais adequada, já que a liberação de verbas era condicionada a resultados objetivamente analisados. É claro que, mesmo nesses casos, problemas ocorriam, sobretudo, porque o sistema de acompanhamento do programa não era exatamente confiável, independente de quem receberia a análise das ações empreendidas.

Críticas, também, foram feitas à “sistemática de liberação, acompanhamento e alocação de recursos”, (OLIVEIRA, 1983: 1) extremamente complicadas o que resultava em atrasos constantes. Mudanças na estrutura administrativa (Decreto Presidencial n. 83.436, de 10/05/1979), visando melhorar a administração dos recursos, não surtiram o efeito desejado, em parte porque não contemplaram o principal problema: o complexo sistema de idas e vindas dos projetos e verbas. O acompanhamento falho, por sua vez, impossibilitando um real retrato de cada PDRI's, terminava não só por provocar alocação inadequada de recursos, mas por atrasar a liberação das verbas que deveria se feita com base nos relatórios trimestrais de acompanhamento. Ademais, o objetivo de “assegurar a ação integrada e harmônica dos órgãos e entidades” (*Ibid.*: 6) envolvidas no Polonordeste, nunca foi alcançado, acarretando atrasos no cronograma. É claro que, a liberação dos recursos também estava **ligada** à disponibilidade financeira do Governo Federal e ao nível de comprometimento com o Programa, o que não significava diminuir a responsabilidade dos diversos órgãos e entidades em relação às falhas do planejamento. Segundo Oliveira (*Ibid.*: 15)

Quando se examinam os vários documentos existentes, que analisam o desempenho apresentado pelo Polonordeste, nos últimos anos, observa-se que todos eles são unânimes em apontar o problema dos atrasos na liberação dos recursos como uma

das mais importantes distorções, de caráter administrativo, apresentadas pelo Programa. Assim sendo, o atraso na liberação dos recursos é, talvez, o principal problema com que se defrontam os diversos órgãos incumbidos da execução do Polonordeste.

Alguns Estados, no entanto, eram corresponsáveis pelo atraso ao aumentar deliberadamente a burocracia envolvida no sistema, como aconteceu em Pernambuco, onde o Tesouro Estadual recebia os recursos e só posteriormente repassava para a secretaria responsável, que deveria ser a receptora primária das verbas do Polonordeste. Além de aumentar a burocracia, esse procedimento era ilegal, pois as verbas do Programa, segundo o MINTER, não poderiam se misturar com os recursos dos orçamentos estaduais e municipais. É evidente que os atrasos comprometiam o andamento de obras de infraestrutura e de desenvolvimento humano (educação, saúde, extensão rural, etc), sobretudo, porque, quando liberadas, a inflação já havia depreciado consideravelmente os recursos, a ponto de faltar dinheiro até para o básico, como o pagamento dos técnicos alocados no programa. O não cumprimento das metas impedia o repasse de novas verbas, previstas no cronograma de desembolso, num processo verdadeiramente surrealista, onde o órgão responsável pela liberação de recursos criticava outras entidades por um problema decorrente de sua própria atuação.

A questão da liberação das verbas, não parece ter sido o fator decisivo para o relativo fracasso do Polonordeste, esta era uma prática comum aos mais diversos programas desenvolvidos pelo governo militar, tendo como foco o Nordeste e, provavelmente, as outras regiões do país. Como, aliás, ocorre até os dias atuais. Em relação aos recursos, mais expressivo que o atraso das verbas, provavelmente, tenha sido o corte brusco do montante de recursos liberados, a partir de 1979, conforme pode ser visto abaixo.

Quadro 1
Polonordeste
Total de Recursos Liberados - 1975-1982

Ano	Valor dos Recursos* (CR\$)
1975	24.733
1976	77.027
1977	56.293
1978	57.024
1979	27.927
1980	19.279
1981	21.298
1982	24.247
Total	307.831,2

Fonte: Oliveira (1983).
*Milhões a preços de 1982

:

O retraimento dos recursos prejudicou sobremaneira os diversos compromissos assumidos pelo Programa, no momento em que vários PDRI's estavam em andamento. Vale salientar, no entanto, que esses cortes, a partir do início dos anos 1980, foram normais aos programas agrícolas desenvolvidos no Nordeste, em parte, acarretado pela Crise da Dívida, que afetou a periferia do planeta. No Brasil, essa crise, pôs um fim ao modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo regime com o golpe de 1964.

Mais importante que liberação e corte de verbas parece que o verdadeiro problema do fracasso do Polonordeste encontrava-se na sua própria concepção original e no desvirtuamento que sofreu devido às pressões da elite política e econômica. Saliente-se que o Polonordeste, também foi, mais um, entre tantos programas, a demonstrar o esvaziamento sofrido pela SUDENE, na década de 1970. Com seu controle centralizado em âmbito federal, a esta autarquia restava a tarefa de crítica e avaliação, nem sempre, encampadas pelo governo.

Os objetivos do Polonordeste foram postos em prática pelo Programa de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI, elaborado para cada área nordestina preestabelecida. Através dos PDRI's vários órgãos dos governos federal e estadual se integraram na formulação de metas e ações a serem desenvolvidas, não raras vezes inadequadas, é verdade, mas, decididamente, uma inovação em relação ao que se fazia, na zona rural nordestina, até então. Infelizmente, os pequenos e médios agricultores não tiveram suas principais reivindicações atendidas, muitas delas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

Definidos politicamente, a nível nacional, os limites do Polonordeste, o planejamento estadual e a execução técnica introduzem distorções, quer por pressionamento político para maiores quinhões dos recursos, como é o caso de inclusão de novas áreas, como por limitações técnicas. Exemplos dessas limitações técnicas seriam a falta de consulta às comunidades, a ignorância ou desconhecimento da problemática das áreas, o uso inadequado de instrumentos de planejamento[...]. (SAMPAIO *et al, op. cit.:* 339).

Questões políticas e administrativas dificultavam e ou desvirtuavam as ações do Polonordeste. Entre as administrativas as críticas apontavam a distancia das unidades técnicas da área de atuação dos programas, o que implicava, muitas vezes, no desconhecimento, por parte dos planejadores, das condições da região favorecida por algum PRDI. Tal ignorância obrigava a profundas alterações nos projetos, visando melhor adequá-los às reais situações regionais. Ademais, a não presença dos técnicos nas áreas dos projetos possibilitava uma maior influência dos políticos locais. E, por fim, o Governo Federal proibiu qualquer contestação à estrutura agrária, quando ela parecia ser o principal entrave para um maior desenvolvimento humano do Nordeste.

Um dos maiores problemas foi o conflito de atuação do Polonordeste com vários outros programas de desenvolvimento rural. Ao ser elaborado um PDRI para uma área, ele podia entrar em conflito com núcleos do Projeto Sertanejo, já funcionando no local. A atuação integrada, entre os dois programas, era praticamente impossível, tinham por base diretrizes diferentes, às vezes contraditórias, impeditivas de qualquer ação conjunta. Isso, para não falar nas intersecções com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, o INCRA e tantos outros órgãos e projetos. Na verdade, a multiplicidade de programas, direcionados para o semiárido nordestino, não significou a ampliação de recursos, mas a redistribuição dos mesmos pelos diversos projetos. Agricultores, que já obtinham empréstimos, simplesmente passaram a obter os mesmos recursos pelo Polonordeste, portanto, o governo não aumentou o montante de recursos disponíveis para a área, aumentou de fato a burocracia. Se um projeto fechava certas linhas de crédito, outro abria sem maiores problemas, a quantia total, no entanto, praticamente não variava e os grandes ficavam com boa parte do dinheiro. Em 1979, apenas 31% dos agricultores incluídos no Polonordeste tiveram acesso a crédito, evidenciando a morosidade dos órgãos envolvidos. Os processos de regularização fundiária, um dos pontos fundamentais do Polonordeste, eram extremamente lentos e de alcance reduzido, sendo que, em março de 1979, somente 2.123 dos 22.600 processos, tinham sido concluídos. Levando-se em conta a quantidade de propriedades não regularizadas na área de abrangência do Programa, o número total de processos representava uma pequena fração, e os concluídos, quase nada. Outro problema era a sistemática de transferência de recursos extremamente complicada, tornando os atrasos e a falta de uma melhor operacionalidade inevitáveis. Os PDRI's, portanto, sofriam tantos condicionantes e interferências, que sua eficácia deixou muito a desejar nos anos setenta e nada indica que o quadro mudou nos anos seguintes. De toda forma, o Polonordeste se não atingiu seus objetivos explícitos, certamente teve mais sucesso em seus objetivos implícitos: avançar com a penetração do capitalismo no campo de forma a ampliar a acumulação de capital em âmbito nacional - “em áreas privilegiadas pelas condições edafo-climáticas tem estimulado a produção comercial de alimentos” (SAMPAIO *et al, op. cit.:* 553) -, e integrar uma maior área do Nordeste à economia nacional.

Um Estudo de Caso: Afogados da Ingazeira e Ingazeira - um Exemplo de Atuação do Polonordeste.

Não há dúvida que a questão da água é fundamental para se compreender os problemas do sertão pernambucano. A falta d'água, mesmo em períodos normais, condicionou a vida de milhões de pessoas, a uma existência bem abaixo dos padrões mínimos aceitáveis para o homem. Dessa

forma, não é de se admirar que inúmeros estudos tenham focado a irrigação como a solução para os problemas regionais. Seguindo essa linha os governos federal e estadual – através respectivamente do Polonordeste e da Empresa de Assistência e Extensão Rural - EMATER-PE - desenvolveram vários projetos de irrigação que tinham como objetivo declarado aumentar a produtividade, atenuar a queda da produção na época de seca e melhorar as condições de vida da população sertaneja. Infelizmente, esses programas, pelo menos na década de 1970, seguiam o destino de quase todos os outros projetos governamentais para o semiárido, que pouco fizeram pela população local.

Nesta parte apresenta-se um projeto de irrigação elaborado segundo diretrizes da “modernização conservadora”. e implementado em dois municípios de Pernambuco – Afogados da Ingazeira e Ingazeira, localizados na Mesorregião do Sertão de Pernambuco -, assolados periodicamente pelas secas.

Até a década de 1970, a economia dos dois municípios não diferia muito da clássica economia sertaneja, ou seja, pecuária, algodão e culturas de subsistência, todas apresentando baixo nível de produtividade e baseadas no binômio latifúndio/minifúndio.

A agricultura era desenvolvida de forma rudimentar para os padrões da época: o emprego de adubos, sementes selecionadas e defensivos agrícolas praticamente ignorados e as técnicas de plantio bastante predatórias, ocasionando erosão e baixa produtividade.

À agricultura arcaica e à pecuária extensiva somava-se um setor industrial artesanal, de baixa competitividade, que beneficiava, em escala reduzida, matéria prima oriunda, sobretudo, da pecuária.

A produção [...] de derivados, distribuídos entre leite, queijo e manteiga, praticamente destina-se ao abastecimento do mercado consumidor interno assim como ocorre com a carne produzida. A colocação desses produtos em mercados situados fora da microrregião apresenta-se como sendo um fluxo de volume reduzido. O leite produzido é consumido “in natura”, sendo quando muito, utilizado no fabrico de doces do tipo caseiro de largo consumo entre a população. O couro e a pele de animais abatidos são utilizados de preferência para a produção de artigos de vestuário, especialmente calçados. O aproveitamento do couro e da pele, vale dizer, é feito de forma intrinsecamente artesanal, dispensando os processos comuns de beneficiamento industrial, característico das unidades fabris encontradas em centros mais desenvolvidos. (CONDEPE, 1974: 19).

A seca provocava muitos prejuízos na região, reduzindo a mais da metade as culturas de subsistência - feijão e milho, que ocupavam uma área significativa do Alto do Pajeú, região que engloba os municípios de Ingazeira e Afogados da Ingazeira.

Preocupados em mitigar os problemas decorrentes da seca, o Estado formulou um projeto de irrigação, com o aproveitamento da água armazenada em açudes preexistentes, tendo como foco as pequenas propriedades. O objetivo era estender os benefícios sociais, decorrentes desse projeto, à

população dos dois municípios e à microrregião, do qual faziam parte. É desse modo que a agricultura irrigada surgiu de forma sistemática no Vale do Pajeú, na década de 1970, voltada basicamente para o cultivo do tomate, visando atender a demanda da indústria Peixe.

A fábrica Peixe, antes produtora direta da sua principal matéria prima - o tomate – se afastará do cultivo dessa hortaliça, quando o Estado, através do Polonordeste e da EMATER-PE, passou a desenvolver a irrigação na área, subsidiando pesadamente os pequenos agricultores.

A primeira consequência do projeto foi o aumento da dependência dos pequenos proprietários de terra ao Estado. Em Afogados da Ingazeira, a participação do Estado no financiamento da agropecuária passou de 68% para 99% entre 1975 e 1980, com uma imposição crescente da utilização de insumos agrícolas - adubos químicos, defensivos e mecanização (arado de tração animal e mecânica), A segunda consequência foram os subsídios que, indiretamente, seriam absorvidos pela indústria Peixe, ao operar no local quase em regime de monopólio. Essas, como já visto, eram consequências normais à “modernização conservadora” da agricultura.

A entrada num mercado monopólio não se deu, como, aliás, era de se esperar, sem problemas aos pequenos agricultores, o que fica patente nos dados transcritos no Quadro abaixo.

Quadro 2

Tipos de Problemas Enfrentados pelos Pequenos Produtores de Tomate Irrigado-
Afogados da Ingazeira e Ingazeira -Pernambuco

Tipos de Problemas	Nº de produtores*	%
A fábrica não cumpre o contrato	31	100,0
A fábrica atrasa o pagamento	26	84,0
O preço é baixo	3	10,0
O transporte é deficiente	11	35,0
Perdas físicas	11	35,0
O contrato é “frio”	3	10,0
Total	31	100,0

Fonte: MEDEIROS, 1986.

*As respostas não são excludentes

As queixas contra a fábrica Peixe eram gerais. A maioria dos agricultores entrevistados, na área irrigada, protestava contra a empresa; a totalidade ressaltou o “não cumprimento do contrato” e 84% o “atraso no pagamento”, o que num período altamente inflacionário, como o da época, por menor que fosse, acarretava graves prejuízos.

Entre outros problemas enfrentados pelo pequeno agricultor destacavam-se os relacionados

ao crédito tanta para produção quanto para investimento. No primeiro caso a dificuldade não dizia respeito à falta de crédito; este era uma imposição para os que plantavam na área irrigada, mas a sujeição dos agricultores ao Estado, que determinava como deveria ser o mesmo utilizado.

O acesso do produtor ao crédito oficial subsidiado é condicionado a prévia contratação, pela indústria, da produção a ser gerada por este e o volume destes recursos é vinculado à quantidade de produtos que a indústria deseja adquirir. Do volume de crédito adiantado a cada produtor, cerca de 43% é destinado à aquisição de fertilizantes e defensivos, e repassado pelo agente financeiro diretamente aos fornecedores. O produtor manipula tão somente a parte destinada ao pagamento de salários, que é recebida em parcelas cujas liberações, pelo agente financeiro, estão sujeitas à apresentação de laudo técnico expedido pela EMATER no qual é atestado, entre outras exigências, que o produtor está seguindo as prescrições técnicas. Já nessa etapa, são estabelecidos os limites da acumulação. O produtor, em geral, tem poucas condições de ampliar o tamanho do negócio e articular-se com o mercado livre. (MEDEIROS, 1986: 89).

No que se refere ao crédito como investimento o problema residia na falta de título de posse de terra, em grande parte os pequenos agricultores não possuíam registro de suas propriedades.

Medeiros (1986) afirma que mesmo tendo que enfrentar todos esses obstáculos, mais de metade dos agricultores, incluídos no projeto de irrigação, nos municípios de Ingazeira e Afogados da Ingazeira, acreditava estar no caminho certo. Alegava que a produção garantia a sobrevivência e que era melhor do que plantar milho e feijão, apesar dos lucros escassos e dos subsídios estatais que os subordinavam, cada vez mais, ao Estado.

Evidente que subsídios e trabalho em regime de monopólio impediam os produtores de desenvolver uma agricultura sustentável, em moldes capitalistas, diretriz básica da “modernização conservadora”, dos governos militares. Isso se dava, principalmente, porque estavam ilhados em uma região extremamente pobre, onde poucos formavam um mercado consumidor capaz de demandar produtos diferenciados, de preços mais altos, produzido em área de irrigação. Era a indústria de alimentos ou nada.

Como aconteceu em outras regiões do semiárido os grandes problemas da área não foram resolvidos pelo projeto de irrigação, uma vez que a estrutura fundiária permaneceu exatamente como era e os pequenos agricultores continuaram a ser tratados como dependentes, sem muito direito a opinião.

Considerações Finais

O desvendamento de uma parte da ação do Estado brasileiro no semiárido pernambucano, em particular, durante a ditadura militar, mostrou que as políticas empreendidas beneficiaram apenas pequena parcela da população sendo, desse modo, incapaz de modificar com a intensidade

desejada a realidade local. Alocando verbas em projetos duvidosos, quase invariavelmente favorecendo os de sempre - latifundiários, atravessadores e industriais -, o Estado tentava impor uma “revolução capitalista” em uma zona econômica extremamente subdesenvolvida, mesmo para os padrões brasileiros. A consequência foi o surgimento de enclaves com razoável dinamismo econômico, incapazes de influenciar o restante do semiárido, onde se encontrava a grande maioria da população da região.

As velhas formas de desenvolvimento local, no entanto, não foram abolidas, os novos e velhos métodos se superpuseram ampliando a presença do Estado.

Constatou-se, também, que o Polonordeste não cumpriu seus objetivos. Na verdade havia, quase sempre, uma divergência entre o foco teórico do projeto, e sua atuação na prática. Como fica claro no caso de Afogados da Ingazeira e Ingazeira.

Esse processo de inserção do semiárido na economia nacional - “reivindicado” pela inevitável modernidade que, enfim, deitava raízes no território nacional, na ótica dos militares -, nada mais era, no entanto, que a velha “modernização conservadora” em sua mais fiel tradução: o autoritarismo desvairado.

Referências bibliográficas

ALVES, Marcio; FIORENTINO, Raúl. *A Modernização Agropecuária no Sertão de Pernambuco. Projeto DRIN-Brasil/OEA/SUDENE*. Documento A-2. Recife, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Sertão Sul*. Recife: SUDENE, 1984.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BRASIL. Decreto Presidencial n. 74.794 de 30/10/1974. *Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder executivo*, Brasília, DF, 1974

BRASIL. Decreto Presidencial n. 83.436, 10/05/1979. *Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder executivo*, Brasília, DF, 1979.

BRASIL. Ministério do Interior. *Polonordeste: Abordagem Crítica*. Recife, [197-], (mimeo).

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE PERNAMBUCO - CEPA-PE. *Relatório de Avaliação e Análise da Conjuntura Agrícola Estadual*. Recife, 1973.

JORNAL DO COMMERCIO. Reforma agrária. *Jornal do Comércio*, Recife, 7 de fev. 1969, p. 4.

MARTINS, Mônica Dias. *Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MEDEIROS, Maria do Socorro. *A Modernização da Agricultura no Sertão de Pernambuco: ação de estado através da irrigação em áreas privadas; estudo de caso nos municípios de Afogados da Ingazeira e Ingazeira*. Recife, 1986. Dissertação. (Mestrado em Administração Rural)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

MELO, Mário Lacerda de. *Regionalização Agrária do Nordeste*. Recife. SUDENE, 1978.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE). POLONORDESTE: *Análise dos Fluxos Financeiros*. Relatório final (DOCUMENTO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO). Fortaleza – CE, junho de 1983.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO–CONDEPE. *Plano de Desenvolvimento do Sertão do Alto Pajeú-Pe*. Recife, 1974. 3v.

SAMPAIO, Yony; SAMPAIO Leonardo; MARANHÃO, Sílvio. *Desenvolvimento Rural no Nordeste: a experiência do polonordeste*. 2 ed. Recife, CME-PIMES. 1987.

Breve histórico das tabelas de insumo-produto no Brasil

Rodrigo Emmanuel Santana Borges

Doutorando em Economia pela Universidad Complutense de Madrid (UCM)

Email: rodrigoesborges@gmail.com

Tiago Camarinha Lopes

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, MG (UFU)

RESUMO O presente artigo busca levantar as origens da construção sistemática de matrizes de insumo-produto no Brasil, retomando antecedentes que culminam no início da produção pelo IBGE a partir 1975 da série para o país. É argumentado que a elaboração das matrizes brasileiras não surge repentinamente em um ponto do tempo, mas sim que decorre de um processo histórico longo de acumulação e organização dos dados econômicos brasileiros que começou durante os momentos que antecedem a implementação do Plano de Metas na década de 1950, quando as técnicas de análise de conjuntura econômica, de projeção e de reconhecimento de pontos de estrangulamento entraram no país.

Palavras-chave: insumo-produto, contas nacionais, história econômica brasileira

Código JEL: B23, C82

ABSTRACT The paper aims at revealing the origins of the systematic construction of the input-output tables for the Brazilian economy by recovering the historical development that culminated in the IBGE tables from 1975 onwards. It is argued that the Brazilian matrices do not appear suddenly at some point in time, but that they are born gradually in a long historical process of data accumulation and organization which started during the preparatory moments for the Plano de Metas in the 1950s, when the techniques for economic analysis and for identifying bottlenecks in the industry entered in the country.

Keywords: input-output, national accounts, Brazilian economic history

JEL: B23, C82